

DESAFIOS DO ATUAL CONTEXTO SÓCIO-CULTURAL PARA A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, SINDICATOS E IGREJAS CRISTÃS*

*Roque Hammes ***

*Inácio Helfer ****

Resumo

O contexto sócio-cultural do início do século 21 tem características peculiares, que desafiam os Movimentos Sociais, os Sindicatos e as Igrejas em sua ação. No presente artigo se faz uma análise dos diferentes valores da época, situando-nos no contexto da globalização sócio-econômica, propondo algumas luzes para a atuação de entidades e movimentos.

Palavras-chave: Movimentos Sociais, Sindicatos, Igrejas Cristãs, Sujeito, Globalização, Consumismo, Secularização.

Abstract

The socio-cultural context of the 21st century has unique characteristics which defy Social Movements, Labor Unions and Christian Churches in their action. This essay highlights the current different values, situating them in the context of socio-economic globalization, thus, we hope, shedding new light on the performance of those entities and movements.

Keywords: Social Movement, Labor Union, Christian Church, Subject, Globalization, Consumerism, Secularization.

* Artigo escrito originariamente para a Disciplina *Processo de Modernização*, ministrada pelo Professor Mário Riedl, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado, na UNISC.

** Aluno do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, na Universidade de Santa Cruz do Sul.

*** Doutor em Filosofia, e professor na UNISC e na UNISINOS.

INTRODUÇÃO

Na dissertação que estamos escrevendo para o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado, propomo-nos indicar ações conjuntas da Igreja Católica com os Sindicatos e Movimentos Sociais para a defesa e a promoção da vida. Fazemos isso com base no trabalho realizado pelas instituições e movimentos nos últimos 40 anos na região. De saída nos defrontamos com realidades muito diferentes, destacando-se o atual contexto de globalização sócio-econômica e a cultura da "alta" modernidade. Fica, assim, evidente que, não podemos simplesmente transpor a atuação da Igreja, dos Sindicatos e dos Movimentos Sociais do passado para o presente, uma vez que a realidade é muito diferente. Conscientes desta diferença, buscamos, nas páginas que se seguem, destacar alguns dos elementos do atual contexto sócio-cultural, com vistas à qualificação das ações a serem propostas na dissertação. Dividimos o trabalho em três grandes pontos, destacando: no primeiro, os diferentes valores culturais; no segundo, as diferenças sócio-econômicas vivenciadas no período; no terceiro, a diferente concepção religiosa.

1 CONTEXTO DA MODERNIDADE QUE ESTAMOS VIVENDO

Sem querer discutir a validade dos termos, é evidente que a modernidade que estamos vivendo é diferente daquela vivida há 40 anos atrás. Se ela é chamada de pós-modernidade como é apregoado por muitos, ou, conforme Anthony Giddens (1991, p. 175), de alta-modernidade, não interessa no presente artigo. O que interessa "é reconhecer a novidade dos nossos tempos" (Kumar, 1997, p. 209), sabendo que há uma série de valores diferentes, que passamos a discutir a seguir.

1.1 Respeito ao diferente

Um dos primeiros valores apregoados pela dita pós-modernidade é o respeito ao diferente, que vem associado à aceitação do pluralismo de idéias. Se a modernidade convivia com o conflito natural entre aqueles que apregoavam a necessidade de hierarquias e diferentes classes sociais (capitalismo) e aqueles que apregoavam uma sociedade absolutamente igualitária (comunismo), a atual modernidade apregoa a necessidade de todos terem, no dizer de Dahrendorf (1992, p. 29-34), "as mesmas chances de vida", sem, no entanto, impedir que as pessoas se diferenciem umas das outras na sua busca de realização. Mais do que isso, a atual modernidade valoriza as diferentes ambições das pessoas, as diferentes formas de ser de cada pessoa, os diferentes modos de agir. O acento agora é "iguais e diferentes", entendendo que a nova compreensão dos princípios gerais de "Liberdade, Igualdade e Fraternidade" são

Reconocimiento de la diversidad cultural, rechazo de la exclusión, derecho de cada individuo a una historia de vida en que se realice, al menos parcialmente, un proyecto personal (y colectivo) (Touraine, 1998, p. 259).

Do respeito ao diferente, surge a aceitação do pluralismo de idéias. As verdades absolutas deixam de existir. Alguma coisa que é verdade para mim pode não ser para a outra pessoa. Por isso, mais do que de verdades, passa-se a falar em convicções. As convicções nunca nos levam a afirmar algo de forma dogmática, mas sim em forma de hipótese.

A ciência não é um campo de certezas. Tampouco é um terreno de desesperantes incertezas. Nem se reduz a meros palpites. A ciência está feita de hipóteses, que levam a frases afirmativas, mas que continuam sujeitas a possível redefinição. Isto se costuma chamar de princípio de falseabilidade ou falsificabilidade (enunciado por Karl Popper) (Assmann, 1998, p. 68).

1.2 Individualismo e valorização do Sujeito

Uma das coisas mais badaladas da atualidade é a superação das metanarrativas proposta por Marx, Freud, Nietzsche e outros. Sempre mais as pessoas se rebelam contra as instituições e "desacreditam da 'grande narrativa', o 'enredo' dominante por meio do qual somos inseridos na história como seres tendo um passado definitivo e um futuro predizível", conforme assinala Jean-François Lyotard (citado por Giddens, 1991, p. 12). Com isso, no dizer de Kumar (1997, p. 146), se "deixa o caminho aberto para o livre intercâmbio de 'narrativas modestas', que não dependem de validação externa, objetiva, mas são internas às comunidades nas quais surgem". Entende-se que as pessoas não estão mais interessadas em resolver as grandes questões da humanidade, mas sim em resolver as questões de um coletivo menor e também as individuais.

Estaria aqui uma das razões de as pessoas não mais terem disposição para se unirem em sindicatos e associações com o intuito de defender os interesses de uma coletividade. O que motivaria as pessoas seria a perspectiva de vantagem pessoal que se pode obter dessa luta. Não visualizando essa vantagem, não se teria disposição em colaborar na luta por uma causa coletiva.

Ao lado desse individualismo, aparece, no entender de Touraine (1998, p. 165), a idéia do Sujeito como única possibilidade de vivência em conjunto, sendo que "no lograremos vivir juntos más que (...) si cada uno de nosotros se construye como Sujeto y nos damos leyes, instituciones y formas de organización social cuya meta principal sea

proteger nuestra demanda de vivir como Sujetos de nuestra propia existencia”.

Ser Sujeito significa ter vida e identidade próprias. Exige, portanto, reconhecimento por parte dos outros sujeitos, porque “la democracia es la afirmación absoluta (...) del derecho de cada uno a la individuación, por lo tanto, a la subjetivación” (Ibidem, p. 255).

A idéia de Sujeito aponta para a de Individuação. Sempre mais as pessoas querem ser reconhecidas como indivíduos e respeitadas em sua individualidade. Sempre mais as pessoas tendem a ter a sua própria originalidade. Apesar de existir um padrão comum que todos seguem, cada qual quer ter o direito de ser original dentro deste padrão. É a forma de a pessoa se individualizar.

1.3 Valorização do momento presente e efemeridade

Se num passado não muito distante, as pessoas faziam grandes projetos para o futuro, na atualidade, a tendência é a de aproveitar ao máximo o momento presente, uma vez que o futuro é uma grande incógnita. No dizer de Paz (1996, p.85), “el mundo vive, desde hace ya años, no las consecuencias de la muerte de Dios sino de la muerte del Proyecto. (...) asistimos al ocaso de las utopías lo mismo las capitalistas que las socialistas”.

Ao lado do abandono da utopia, também existe uma tendência a desvalorizar a história. “O passado carece de sentido, exceto como preparação para o presente. Não nos ensina mais pelo exemplo. Sua única utilidade é ajudar-nos a compreender aquilo em que nos tornamos” (Kumar, 1997, p.91). Com isso, o futuro e o passado perdem seu valor. “O fim da ‘tradição do novo’ significa também o fim de um senso de futuro como algo que acelera constantemente para longe e para distanciar-se do passado. O que persiste, a única coisa que nos dá material para contemplação, é o presente” (Ibidem, p. 156).

Assim, tudo passa a ser efêmero. Os valores considerados “eternos” desaparecem. Tudo é feito para durar pouco tempo, e o desejo de novidade faz com que as coisas se desmanchem como bolha de sabão no ar, ou “como o rio que corre de século em século enquanto as histórias dos homens se desenrolam na margem. Acontecem para serem esquecidas amanhã e para que o rio não pare de correr” (Kundera, 1983, p. 173). A partir dessa concepção, não se acredita em felicidade, mas apenas em momentos felizes, uma vez que “o homem não pode ser feliz, pois a felicidade é o desejo da repetição” (Ibidem, p. 300).

A modernidade, na concepção de Freud (citado por Bauman, 1998, p. 7) se caracterizava pelos ideais de beleza, pureza e ordem. Hoje,

a liberdade individual reina soberana: é o valor pelo qual todos os outros valores vieram a ser avaliados e a referência pela qual a sabedoria acerca de todas as normas e resoluções supra-individuais devem ser medidas. Isso não significa, porém, que os ideais de beleza, pureza e ordem que conduziram os homens e mulheres em sua viagem

de descoberta moderna tenham sido abandonados, ou tenham perdido um tanto do brilho original. Agora, todavia, eles devem ser perseguidos – e realizados – através da espontaneidade, do desejo e do esforço individuais (Ibidem p. 9).

A preocupação em aproveitar ao máximo o momento presente, se traduz na busca incansável dos momentos de felicidade e da busca do prazer. O que importa é curtir ao máximo o momento presente, porque o futuro é uma incógnita. “Todo relacionamento não é senão um ‘simples’ relacionamento, isto é, um relacionamento sem compromisso e com nenhuma obrigação contraída, e não é senão amor ‘confluyente’ para durar não mais do que a satisfação derivada” (Ibidem, p. 112). No dizer de Lyotard, o que vale é o *contrato temporário*, “superando instituições permanentes nos domínios emocional, sexual, cultural, familiar e internacional, bem como nos assuntos políticos” (Kumar, 1997, p. 147).

Harvey (1999, p. 258), falando das conseqüências advindas da aceleração do tempo na produção, destaca “a volatilidade e efemeridade de modas, produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, idéias e ideologias, valores e práticas estabelecidas”. Como efeitos, aponta a “ênfase em valores e virtudes da instantaneidade (alimentos e refeições instantâneos e rápidos e outras comodidades) e da descartabilidade (xícaras, pratos, talheres, embalagens, roupas etc)”.

2 CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

Se, culturalmente, a atualidade está dominada pelos valores da dita “pós-modernidade”, social e economicamente, ela está dominada pela globalização. Fatos que acontecem em qualquer parte do mundo têm repercussões imediatas em todos os lugares. “Eventos distantes, quer econômicos ou não, afetam-nos mais direta e imediatamente que jamais antes. Inversamente, decisões que tomamos como indivíduos são com frequência globais em suas implicações” (Giddens, 1991, p. 41). No dizer de Pace (1997, p. 27), “o Outro está atualmente perto de nós e não mais longe de nós porque na sociedade contemporânea multiplicam-se zonas francas nas quais diferentes culturas encostam-se, tocam-se e às vezes entram em conflito”. Nesta sociedade, “eventos distantes são disponíveis instantaneamente, em colorido maravilhoso ou sangrento em todo o globo (...) Onde antes havia muitos pequenos mundos, hoje existe apenas um” (Lyon, 1994, p. 75). Falando da ação neste mundo globalizado, Santos (1999, p. 179) diz que

O mundo de hoje é o cenário do chamado ‘tempo real’, em que a informação se pode transmitir instantaneamente, permitindo que, não apenas no lugar escolhido, mas também na hora adequada, as

ações indicadas se dêem, atribuindo maior eficácia, maior produtividade, maior rentabilidade, aos propósitos daqueles que as controlam. A idéia bastante difundida de ação *just in time*, deve ser completada com uma outra noção, a de ação *just in place* para dar conta dessa precisão das ações da qual depende a sua eficácia no mundo de hoje.

Entendemos que, frente ao processo da globalização, não nos cabem juízos de valor. A globalização é um fato. Ela “aparece como uma necessidade que deve ser expressada por um exercício global de cidadania” (Canclini, 1987, p. 259) e devemos aprender a conviver com ela.

Em todas as sociedades industriais há agora uma notável faixa de bens e serviços especializados e, não raro, exóticos: cozinhas étnicas regionais, arte “folclórica”, música do “terceiro Mundo”, vestuário e mobiliário “tradicionais”, novas e restabelecidas formas de medicina e de produtos de saúde (Kumar, 1997, p. 199).

Nas páginas que seguem, vamos analisar alguns fatores que contribuem para acelerar o processo e também algumas conseqüências desse processo.

2.1 Os Meios de Comunicação Social

Com o advento da imprensa no século XV, dava-se início aos modernos Meios de Comunicação Social, aperfeiçoados com a radiodifusão no início do século XX e a televisão na segunda metade do mesmo século. Hoje, os Meios de Comunicação Social

ocupan un lugar creciente en nuestra vida, y entre ellos la televisión conquistó una posición central porque es la que pone más directamente en relación la vivencia más privada con la realidad más global, la emoción ante el sufrimiento o la alegría de un ser humano con las técnicas científicas o militares más avanzadas (...) La emoción que todos experimentamos ante las imágenes de la guerra, el deporte o la acción humanitaria no se transforma en motivaciones y tomas de posición (Touraine, 1998, p. 13).

Os Meios de Comunicação Social são os grandes impulsionadores do processo de globalização, porque

un acontecimiento se transforma inmediatamente en su relato, no hay casi distancia entre un hecho y un “hecho massmediático”. Es

más, el modelo que imponen los medios está antes que el acontecimiento y según este modelo van a ser captados los hechos. (...) Antes, en otra época, se hacía historia, había dramas o acontecimientos violentos y después se hacía o no una información de ellos. Ahora los medios han impuesto un cortocircuito, ya no se sabe qué va primero, si ellos o los hechos (Andrade, 1996, p. 133).

Os Meios de Comunicação Social são os grandes formadores de opinião, sendo que se torna realidade somente aquilo que é divulgado por eles.

Bastará que un medio poderoso como la televisión diga algo para que cualquier excusa tome entidad. Si quien lo dice es alguien conocido, de consistencia y reputación y si lo está proclamando en el marco de un determinado código técnico el efecto de afirmación será prácticamente completo (Ulanovsky, 1996, p. 140).

Por tudo isso, caso as Igrejas, os Sindicatos e os Movimentos Sociais quiserem obter algum sucesso, é imprescindível continuarem a rever sua relação com os Meios de Comunicação Social. Sem essa revisão, eles facilmente deixarão de ser realidade num futuro não muito distante.

2.2 Multimídia

Associado aos Meios de Comunicação Social, está a Multimídia, que é uma “combinação de texto, gráficos, sons, animações e vídeos mediados através do computador ou outro meio eletrônico” (Primo, 1996, p. 83). Sempre mais usada pelas pessoas, especialmente os jovens,

A multimídia traz de volta a associação de descoberta e aprendizado. Como o usuário “navega” pelo produto multimídia em busca de informações, o conteúdo é descoberto em vez de dado. E como toda informação pode ser interrompida a qualquer momento, o usuário não é forçado a receber dados que não lhe interessem. Diferentemente da televisão e do rádio, os produtos multimídia convidam o usuário a participar (Ibidem, p. 84).

A multimídia aproxima as pessoas que estão geograficamente distantes, propiciando diálogos entre pessoas de cidades e países diferentes. “El cibernauta se interesa menos en el contenido que en la posibilidad de comunicarse con otros cibernautas” (Pisani, 1997, p. 106). Propicia a possibilidade de participar em conferências que se realizam a milhares de quilômetros de distância sem precisar sair de casa. Motiva as pessoas

a aprenderem outras línguas para melhor poderem se comunicar. Entre as dificuldades a serem enfrentadas pelas Igrejas, Sindicatos e Movimentos Sociais frente a esta nova realidade, está a criação de novas formas de mobilização e de luta, em que a presença física se torna menos importante. As grandes concentrações de pessoas em décadas passadas sempre mais tendem a ser algo do passado. Cada vez mais, as pessoas tendem a ficar em casa, onde, no dizer de Kumar (1997, p. 166), “olham videocassete, jogam videogame, navegam pela Internet, comem comida congelada aquecida no forno de microondas, tem acesso ao “telebanking”, ao “teleshopping”, à “teleeducação”, etc”. Surge assim um novo fenômeno: “la constitución de comunidades que ya no son determinadas por la historia ni por la geografía” (Pisan, 1997, p.106).

2.3 Consumismo

O advento do capitalismo trouxe a reboque o consumismo. Nos últimos tempos, porém, o consumismo se acelerou de maneira nunca d’antes vista, sendo que se chegou a afirmar que “o homem é aquilo que consome”. Bauman (1998, pp. 168-176) propõe o uso da expressão *cooperativa de consumidores*, para expressar a inquietação vivida pelas pessoas na atualidade, pelo fato de que “o quinhão de cada membro no empenho comum é calculado pelas proporções do seu consumo, não pela sua contribuição produtiva. Quanto mais o membro consome, maior é o seu quinhão na riqueza comum da cooperativa” (Ibidem, p. 171). Além disso, fazer compras deixou de ser um mal necessário ou uma tarefa doméstica e “se tornou uma busca de lazer” (Lyon, 1998, p. 88). E para motivar o consumo, temos a TV que trabalha “a produção de necessidades e desejos, a mobilização do desejo e da fantasia, da política de distração” (Harvey, citado por Lyon, 1998, p. 88). A única realidade é aquilo que a TV anuncia.

O incremento ao consumismo é um dos frutos da globalização, que

supõe uma interação funcional das atividades econômicas e culturais dispersas, bens e serviços gerados por um sistema com muitos centros, no qual é mais importante a velocidade com que se percorre o mundo do que as posições geográficas a partir das quais se está agindo” (Canclini, 1997, p. 17).

Como fruto da globalização,

pela primeira vez na história, a maioria dos bens e mensagens que se recebe em cada nação não foi produzida em seu próprio território, não surge de relações peculiares de produção nem traz em si, portanto, signos que a vinculem exclusivamente a regiões delimitadas (Ibidem, p. 208).

2.4 O global e o local

Quando tudo dava a entender que a globalização havia acabado com os elementos locais, inesperadamente surge uma “renovada importância do local e uma tendência para estimular culturas subnacionais e regionais”, sendo que “a sociedade pós-moderna associa tipicamente o local e o global” (Kumar, 1997, p.132). O lema da década de 1960, “pense globalmente e aja localmente”, “aplica-se a um bom número de novos movimentos sociais, sobretudo aos movimentos feminista e ecológico” (Ibidem, p.133).

Na mesma linha de Kumar, Santos (199, p 196) afirma que

em primeiro lugar, o tempo acelerado, acentuando a diferenciação dos eventos, aumenta a diferenciação dos lugares; em segundo lugar, já que o espaço se torna mundial, o ecúmeno se redefine com a extensão a todo ele do fenômeno da região. As regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam.

Daí que,

já não é mais possível tão somente “pensar global e agir localmente”. É preciso, também, pensar local e agir globalmente. Ou melhor, já não basta conhecer o local para ser global. É preciso, ao mesmo tempo, conhecer o global para ser local. Isso significa que já não basta estudar tão somente a transnacionalização econômico-corporativa, a competitividade do desenvolvimento. É preciso, ao mesmo tempo, estudar a regionalização sócio-ambiental, a sustentabilidade do desenvolvimento. E mais, ir além, estudar a descentralização político-institucional, a flexibilidade do desenvolvimento. Dialeticamente, o primeiro processo configura a ação econômica; o segundo, conforma a reação social e o terceiro, constitui a mediação política (Becker, 2000, p.7)

Percebe-se, com estas palavras de Santos e Becker que, transnacionalização e regionalização andam de mãos dadas, sendo que a transnacionalização é da economia e a regionalização da área social. Em outras palavras: os capitais circulam livremente, mas a previdência e o zelo pelos recursos naturais são da competência dos Estados. Enquanto o capital está exigindo liberdade para circular, “as regiões ou lugares que assegurarem as melhores condições para a valorização do capital financeiro transformam-se em suas bases regionais-locais” (Becker, 1999, p. 6). É o que também nos lembra Harvey (1999, p. 266), ao afirmar que

As qualidades do lugar passam a ser enfatizadas em meio às crescentes abstrações do espaço. A produção ativa de lugares se torna um importante triunfo na competição espacial entre localidades, cidades, regiões e nações. (...) É nesse contexto que podemos melhor situar o esforço das cidades para forjar uma imagem distintiva e criar uma atmosfera de lugar e de tradição que aja como um atrativo tanto para o capital como para as pessoas do “tipo certo” (isto é, abastadas e influentes).

Os sindicatos são atingidos diretamente por essa combinação, uma vez que “são obrigados a discutir questões de salário em nível local, perdendo grande parte de sua eficácia nacional” (Kumar, 1997, p. 178), ao mesmo tempo em que “a mobilidade do capital atingiu níveis sem precedentes, apagando fronteiras nacionais e permitindo ao capitalismo estabelecer acordos inteiramente novos com a força de trabalho e a estrutura de poder locais” (Ibidem, p. 178). Também as igrejas e os movimentos sociais são tocados por esta nova situação, sendo que, sempre mais as pessoas tendem, de um lado, a buscar soluções para os problemas próximos de casa, onde “surge a necessidade de abertura ao outro e à reciprocidade nas trocas”, colocando-se duas possibilidades:

“a da hibridação cultural, através de sincretismos, ecumenismos, etc; a de formação de um movimento cidadão sob a forma de redes e parcerias, onde a complementariedade se constrói a partir do respeito às diferenças, não se impondo uma uniformização para se trabalhar cooperativamente” (Scherer-Warren, 1998, p. 31)

2.5 Exclusão social

Uma das esperanças da modernidade era a de conseguir levar os benefícios dos avanços tecnológicos para todos as pessoas. Supunha-se que, com o crescimento da economia, haveria de se eliminar a pobreza de amplos setores da sociedade, já que “a melhoria das condições de vida seria simples consequência do aumento de produtividade e do crescimento econômico” (Nardi, 1999, p. 48). Esta esperança começou a desaparecer no final da década de 1970, quando se constatou que, quanto mais se avançava em tecnologia, mais aumentava a exclusão social. Em outros termos, se constatou que os benefícios dos avanços tecnológicos estavam se concentrando na mão de poucas pessoas, sendo que a grande maioria era obrigada a se contentar com os seus benefícios depois de eles já terem sido superados por novos avanços. Basta atentar para os avanços na área da computação e da comunicação. Mais ainda, basta atentar para os avanços da medicina. Grandes maravilhas acontecem nestas áreas, sendo que o acesso é extremamente

limitado. “A lógica interna das mudanças continua a ser a acumulação do capital e a ampliação cada vez maior do mercado” (Kumar, 1997, p. 202).

Seguindo a lógica do mercado, há uma tendência crescente ao aumento do desemprego (empregos vitalícios já não existem). O “estado de bem-estar social”, pelo qual a sociedade garantia “que os desempregados tivessem saúde e habilidades suficientes para se reempregar e de resguardá-los dos temporários soluços e caprichos das vicissitudes da sorte” (Bauman, 1997, p. 50), está sendo inviabilizado. Ao mesmo tempo em que se coloca todo o acento no consumo, aumenta

o hiato entre os que desejam e os que podem satisfazer os seus desejos, ou entre os que foram seduzidos e passam a agir do modo como essa condição os leva a agir e os que foram seduzidos mas se mostram impossibilitados de agir do modo como se espera agirem os seduzidos (Ibidem, p. 55).

Os que não podem satisfazer seus desejos, passam a ser vistos como criminosos. “Cada vez mais, ser *pobre* é encarado como um crime; *empobrecer*, como o produto de predisposições ou intenções criminosas—abuso de álcool, jogos de azar, drogas, vadiagem e vagabundagem” (Ibidem, p. 59).

Na contramão desta concepção trabalham as igrejas, os sindicatos e os movimentos sociais. Alimentam a utopia de uma sociedade justa e igualitária, onde todos têm o direito a uma vida digna. No afã de evitar a marginalização, idealizam os marginalizados, correndo o risco de criarem a figura do “pobre abstrato” que não existe na prática, porque

os verdadeiros pobres são personificações da pobreza social e das contradições que a geram. Eles contêm em si mais realidade social e histórica do que a que pode ser vista e apontada num pobre de carne e osso. O pobre também é um ser de contradições, muito mais do que um simples ser de reivindicações (Martins, 2000, p. 28).

3 SECULARIZAÇÃO E BUSCA DO RELIGIOSO

A modernidade apregoava o fim da religião e “a morte de Deus”. O que de fato estamos vivenciando, ao menos aparentemente, é uma retomada do religioso. Esta retomada, é verdade, se dá de uma forma diferente do que no passado, uma vez que hoje as pessoas tendem a ter cada qual a sua religião e a sua forma específica de manifestar a fé. Já não se sente grande simpatia pelas formas tradicionais de manifestar a fé, sendo que cada qual busca a Deus a seu modo. Esta busca pode se dar através da oração num templo, de uma meditação individual ou grupal, de uma peregrinação, de um despacho na esquina,

do acender a vela a algum “santo”, ou de um “passe espírita”. Pode também se dar através de uma corrente de pensamento positivo, do uso de um amuleto ou de uma “simpatia”, o que caracterizaria a secularização. Aliás, o próprio aumento no número de religiões e igrejas não significa necessariamente aumento do “religioso”, podendo também ser sinal de aumento da secularização, porque

secularização tem que ser vista como desenraizamento dos indivíduos (...) e, que forma melhor de desenraizar as pessoas do que desconectá-las da religião tradicional e da tradição religiosa, desfilialas de suas crenças tradicionais, destituí-las de suas tradicionais formas inerciais de prática e absentéismo? Haverá melhor forma? (Pierucci, 1997, p. 258).

A mesma idéia está presente na afirmação de Bauman (1997, p. 222): “A incerteza do estilo pós-moderno não gera a procura da religião: ela concebe, em vez disso, a procura sempre crescente de especialistas na identidade”.

A religião cresce onde as pessoas se sentem desamparadas. Este desamparo pode ser econômico, sendo que “a esmagadora maioria das religiões prosperam com a pobreza das populações que ficam social e culturalmente para trás” (Prandi, 1997, p. 64). O desamparo pode ser uma doença ou uma tragédia, quando o indivíduo “pode se sentir compelido a socorrer-se momentaneamente de Deus e da religião e da magia em busca de respostas tradicionais” (Ibidem, p.65).

A religião também cresce na contracorrente da massificação, sendo ela

expressão importante de identidade individualizada, de fruição de sentimentos pessoais, de gosto e prazer. Pode ser consumida pela satisfação que é capaz de proporcionar aos indivíduos que se sentem bem em participar de uma dimensão da vida situada no outro mundo e povoada de anjos, espíritos, forças sagradas as mais díspares, podendo acreditar em vidas passadas e enriquecer suas vidas com essas dimensões subjetivas capazes de negar a objetividade compartilhada com os demais mortais (...) Neste sentido, ser da religião é ser diferente, é sentir-se contra a corrente (Ibidem, p. 65).

Se, no passado, as pessoas se preocupavam com o que vinha depois da morte, agora são as incertezas da vida presente que angustiam as pessoas, levando-as a buscarem apoio na religião ou nos alquimistas. “A pós-modernidade é a era dos especialistas em ‘identificar problemas’, dos restauradores da personalidade, dos guias de casamento, dos autores dos livros de ‘auto-afirmação’: é a era do ‘surto de aconselhamento’” (Bauman, 1997, p. 221).

No dizer de Bauman (1997, p. 226), há, no entanto, “uma forma especificamente moderna de religião, nascida das contradições internas da vida pós-moderna”, que é o

fundamentalismo ou integrista. Sua clientela são “os despojados e empobrecidos, cujas fileiras crescem mais do que diminuem no mundo do livre comércio global, onde todos os obstáculos foram suprimidos e todas as barreiras tornadas ilegais” (Ibidem, p. 227). Sua força está na afirmação de que “o indivíduo humano não é auto-suficiente e não pode ser autoconfiante”. Ele deve ser guiado e dirigido por alguém.

Aí a pessoa encontra, finalmente, a autoridade indubitavelmente *suprema*, uma autoridade para acabar com todas as outras autoridades. A pessoa sabe para onde olha quando as decisões da vida devem ser tomadas, nas questões grandes e pequenas, e sabe que, olhando para ali, ela faz a coisa certa, sendo evitado, desse modo, o pavor de correr risco (Ibidem, p. 228).

Touraine (1995, p. 325), falando da religião na modernidade, reconhece um conjunto de formas culturais, que vão do “neocomunitarismo abertamente religioso à afirmação não-religiosa, mas pós-religiosa, do sujeito pessoal, passando pelo moralismo modernizador e pela privatização da vida religiosa”.

Se a religião não morreu, e se as pessoas individualmente continuam ligados a ela, questiona-se sua utilidade para a sociedade como um todo.

Por mais presente que a religião possa nos parecer no dia-a-dia, as decisões mais importantes e mais fundamentais e que afetam a vida de praticamente todo mundo são sempre tomadas sem que nenhuma referência a Deus tenha que ser feita. Nossa sociedade não precisa de Deus ou de deuses no seu governo, nem para seu progresso, nem para a eficácia de suas políticas. Quando se invoca Deus, o gesto é meramente parte de uma etiqueta, não é uma interpelação de cuja resposta possamos depender. Nossas inquietações básicas são dirigidas às esferas profanas, ao estado e suas instituições políticas, à ciência e tecnologia, ao pensamento laico. Quem há de curar a AIDS é a ciência, não a religião (Prandi, 1997, p. 63).

Touraine (1995, p. 226), numa afirmação que pode ser usada como resposta a Prandi, diz que “nada é mais absurdo e destruidor que recusar a secularização, que podemos também chamar de laicidade; mas nada autoriza a jogar fora o sujeito com a religião como não se joga fora a criança com a água do banho”.

Finalmente, se a religião não desapareceu, é evidente que a forma de vivenciá-la mudou muito. A referência já não é mais a comunidade, sendo que a religião

Passa a ser sem fronteira e sem território, sem ser contudo universal e única, como o catolicismo, o protestantismo clássico e o Islão.

Depende das forças mercantis da oferta e da procura, devendo adaptar-se a novas situações e novas demandas. (...) É, enfim, a religião do mercado sem fronteiras (Prandi, 1997, p. 69).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das páginas precedentes procuramos identificar algumas características que diferenciam a nossa sociedade das passadas. Frente ao caminho percorrido, ousamos apontar algumas pistas para as Igrejas, Sindicatos e Movimentos Sociais, caso quiserem obter algum sucesso em seu trabalho.

Em primeiro lugar, é preciso discernir entre o que é essencial e o que é secundário. Aquilo que é essencial deve ser mantido e aquilo que é acessório pode ser substituído de acordo com a nova cultura que está se instaurando. Mais do que nunca vale a máxima de Santo Agostinho: "Nas coisas essenciais, unidade; nas secundárias, liberdade; em tudo, caridade".

Em segundo lugar, deverão investir nos Meios de Comunicação Social e na Internet, para chegarem mais perto das pessoas. Também deverão buscar novas formas de mobilização, uma vez que as tradicionais concentrações humanas se tornam cada vez mais complicadas.

Deverão, igualmente, aprender a dialogar com o diferente, sabendo que não existe uma única verdade, mas diferentes verdades. O ponto de partida não deve ser o dogma, mas a convicção. A partir disso, devem ter suficiente abertura para apoiar projetos alheios que vêm em favor das classes oprimidas, buscando-se "causas sociais, econômicas e políticas a serem combatidas" (Martins, 2000, p. 62), evitando de ver "o mundo como se fosse uma laranja com duas metades, uma azeda e a outra doce" (Ibidem, p. 67).

Em quarto lugar, as Igrejas, os Sindicatos e os Movimentos Sociais deverão se desestruturar (deixar de lado as pesadas estruturas) o mais possível, permitindo que sejam sempre mais ágeis em suas decisões e ações.

Em quinto, nunca devem esquecer-se de que sua primeira missão é trabalhar com aquelas pessoas que estão sendo marginalizadas pelos avanços tecnológicos e pela cultura moderna, ajudando-as a serem sujeitos de sua própria história.

Finalmente, deverão valorizar as características individuais de cada região e de cada cultura, sem ignorar os valores e as mensagens que circulam livremente de nação para nação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Mariano. La ciencia de la mirada. In: GIL Marta Lopez. *Filosofía, modernidad y posmodernidad*. Buenos Aires: Biblos, 1996. p.132-133.

ASSMANN, Hugo. *Recantar a educação: rumo à sociedade aprendente*. Petrópolis: Vozes, 1998. 251 p.

BAUMAN, Zygmunt. *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. 257 p.

BECKER, Dinizar. *Estudos setoriais e regionais comparados: proposta de organização teórico-metodológica de um programa de pesquisa cooperativo-interinstitucional do desenvolvimento local-regional*. Avulso, 1999.

_____. Necessidades e finalidades dos projetos regionais de desenvolvimento local. In: BECKER, D; BANDEIRA, Pedro (org). *Desenvolvimento local-regional; determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, p. 129-147.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. 266 p.

DAHRENDORF, Ralf. *O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; São Paulo: EDUSP, 1992, 216 p.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999. 326 p.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991. 171p.

KUMAR, Krishan. *Da sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. 210 p.

KUNDERA, Milan. *A insustentável leveza do ser*. 64. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1983. 314 p.

LYON, David. *Pós-Modernidade*. São Paulo: Paulus, 1998. 131.

MARTINS, José de Souza. *Reforma Agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: EDUSP, 2000. 173 p.

NARDI, Henrique Caetano. Trabalho e Pós-Modernidade. In: *Estudos Leopoldenses*, vol. 35, n. 156, 1999. p. 43-63.

PACE, Enzo. Religião e Globalização. In: ORO, A. P.; STEIL, C. A. (org). *Globalização*

e *Religião*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 25-42.

PAZ, Octavio. El Ogro filantrópico. In: GIL, Marta Lopez. *Filosofía, modernidad y posmodernidad*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1996. p. 85-86.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Interesses religiosos dos sociólogos da religião. In: ORO, Ari P.; STEIL, C. *Globalização e Religião*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 249-262.

PISANI, Francis; CASTAÑEDA, C. Sociedad digital y cambios de paradigmas. In: *Revista Sociológica*, año 12, n. 35, septiembre-diciembre de 1997, p. 89-117.

PRANDI, Reginaldo. A religião do planeta global. In: ORO, Ar P.; STEIL, C. Alberto (Org). *Globalização e Religião*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 63-72.

PRIMO, A. F. T. Multimídia e educação. *Revista de divulgação cultural*. Blumenau, ano 18, n. 60, p. 83-88, set-dez. 1996.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999. 273 p.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos Sociais e a dimensão intercultural. In: FLEURI, Reinaldo M. *Intercultura e Movimentos Sociais*. Florianópolis: MOVER/NUP, 1998. p. 31-32.

TOURAINE, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995. 394 p.

_____. *¿Podremos vivir juntos? Iguales y diferentes*. Buenos Aires: Fondo de cultura económica de Argentina, 1998. 314 p.

ULANOVSKY, Carlos. El monitrucho. In: GIL, Marta Lopez. *Filosofía, modernidad y posmodernidad*. Buenos Aires: Biblos, 1996, p. 139-140.